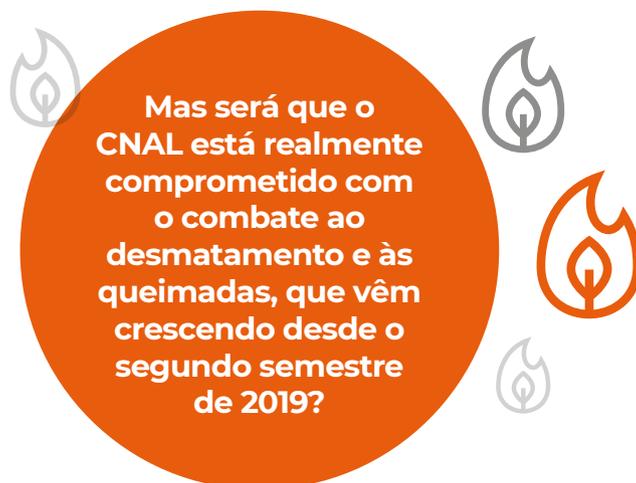


# O Conselho Nacional da Amazônia ajuda a combater o desmatamento?

Novembro de 2020

Em 11 de fevereiro de 2020, o governo brasileiro refundou o **Conselho Nacional da Amazônia Legal (CNAL)**, sob liderança do vice-presidente General Hamilton Mourão. Esta medida foi vendida internacionalmente como prova do comprometimento do governo com a proteção socioambiental frente à enorme desconfiança, tanto da comunidade internacional quanto de investidores.



**1.** O CNAL surge como estratégia para reorganizar a presença do governo federal na Amazônia. Para isso, funções e responsabilidades do **Ministério do Meio Ambiente** vêm sendo deslocadas para o **Ministério da Defesa**, já que o CNAL não possui orçamento próprio.

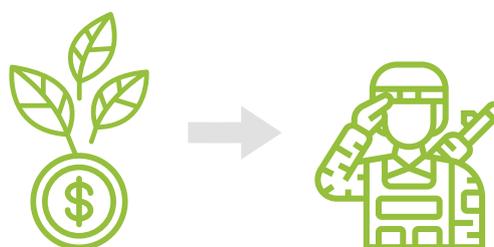


**2.** O Inesc apurou que, além do orçamento autorizado, a Defesa também abocanhou uma fatia dos recursos recuperados pela **operação anticorrupção conhecida como Lava Jato. Em 2019, R\$ 1,06 bilhão extra foi destinado à Amazônia Legal na forma de políticas públicas para a área do meio ambiente. Deste total, R\$ 530 milhões ficaram sob administração direta dos militares.**

**3.** A menor fatia desse dinheiro foi alocada para ação orçamentária **Operações de Garantia da Lei e da Ordem (R\$ 36 milhões)**, que sustentam parcialmente a **Operação Verde Brasil**. A maior parte desses recursos, **R\$ 494 milhões**, está registrada na ação **Proteção, Fiscalização e Combate a Ilícitos na Amazônia Legal**, que inclui a prevenção de desmatamento e queimadas, mas não se limita a esta finalidade.

A Operação Verde Brasil é medida *ad hoc* sob a coordenação do **CNAL** cujo objetivo é realizar ações preventivas e repressivas contra delitos ambientais vinculados ao desmatamento ilegal e focos de incêndio na Amazônia Legal.

**4.** A decisão de deslocar recursos do MMA para o Ministério da Defesa tem gerado uma situação de **a) desmonte** das capacidades governamentais construídas ao longo de governos anteriores; **b) forte militarização** da política socioambiental, colocando povos e comunidades tradicionais e camponesas numa situação de constante vigilância; e **c) ineficiência nos gastos e nas ações.**



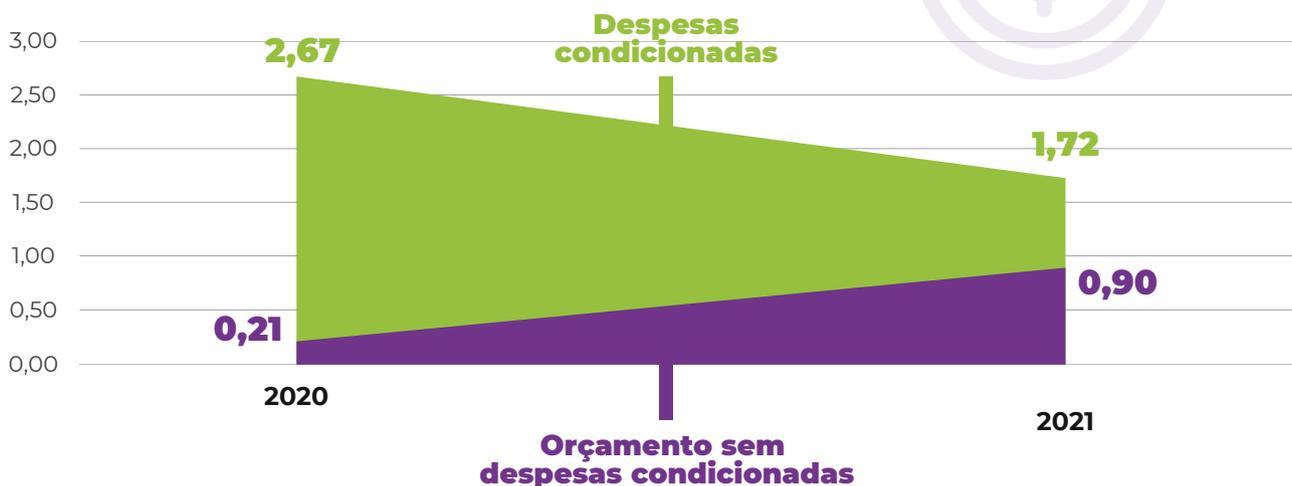


5.

No **Projeto de Lei Orçamentária (PLOA) 2021**, o orçamento total para o MMA cai **9% em relação ao PLOA 2020** e **15% em relação ao orçamento autorizado para 2020**. Além disso, uma grande porção do orçamento submete a execução das despesas à aprovação do Congresso por Medida Provisória.

## Orçamento com e sem despesas condicionadas PLOA 2020 e 2021

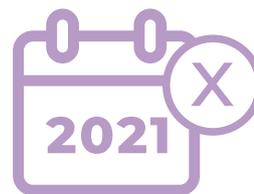
valores em bilhões de reais correntes



Fonte: Siga-Senado

6.

Outros dados do desmonte: O programa **Prevenção e Controle do Desmatamento e dos Incêndios nos Biomas**, que tem **R\$ 179 milhões** no orçamento de 2020, desaparece no PLOA 2021. A sua eliminação, confirmada por ata da Comissão Executiva para Controle do Desmatamento Ilegal e Recuperação da Vegetação Nativa (CONAVEG), é grave e desrespeita o plano orçamentário plurianual, **signalizando a intenção do governo de se desresponsabilizar pela meta de redução do desmatamento e queimadas**.



7.

**Mas não para por aí!** As três principais ações orçamentárias de enfrentamento ao desmatamento e às queimadas têm seus recursos reduzidos no PLOA 2021. Se o projeto de lei orçamentária for aprovado como está, a perda para estas ações, em relação ao orçamento autorizado para 2017, será de mais de R\$ 40 milhões. Já a ação **Monitoramento da cobertura de terra e do risco de queimadas**, também tem perdas expressivas ao longo dos anos.



8.

Além da asfixia orçamentária dos órgãos tradicionalmente envolvidos com a política ambiental, a substituição de funcionários de carreira por quadros militares tem afetado as condições para a articulação de respostas rápidas a problemas urgentes. Além disso, relatório elaborado por servidores federais e órgãos ambientais aponta para situações de constrangimento e perseguição, mostrando que a instituição militar brasileira talvez não tenha se livrado de práticas do seu passado autoritário.

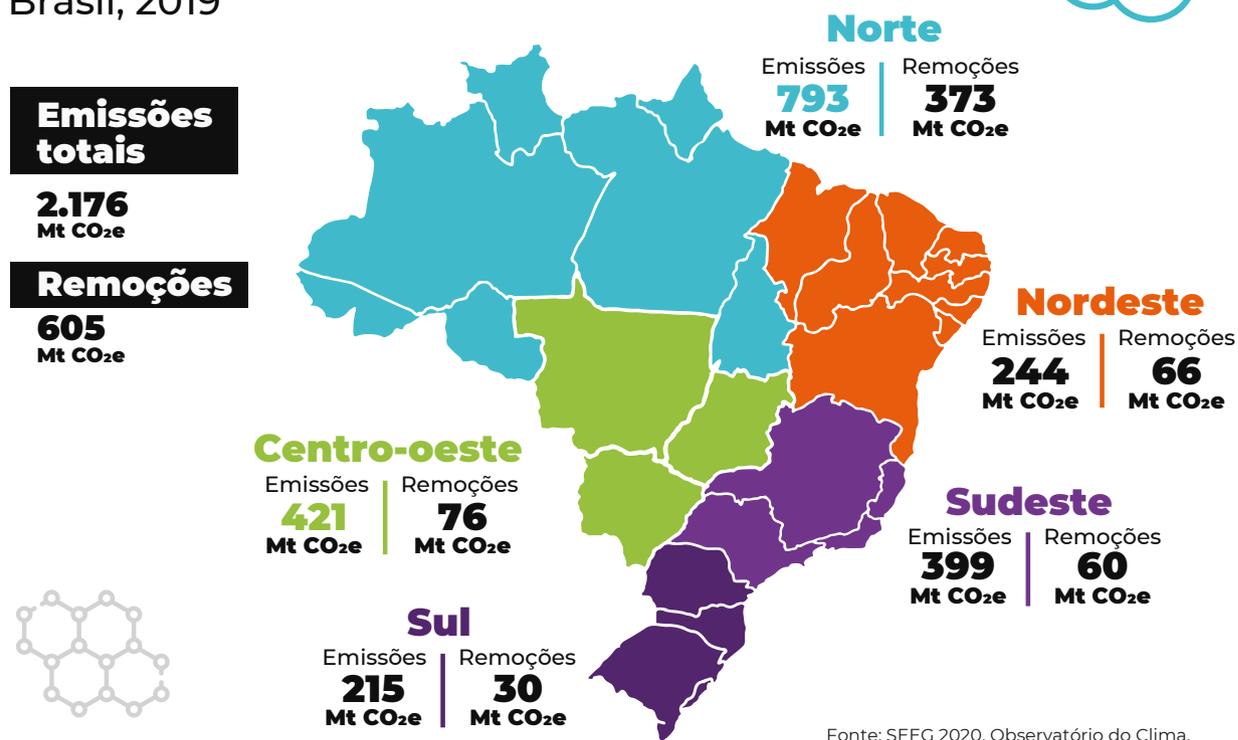
Levantamento do Tribunal de Contas da União (TCU) identificou 6.157 militares da ativa e da reserva em cargos civis no governo do presidente Jair Bolsonaro. O número é mais que o dobro do que havia em 2018, no governo Michel Temer (2.765). Fonte: TCU

9.

Mas, enquanto tudo isso acontece, como vai o meio ambiente? Continuamos vendo os índices de destruição florestal crescerem.

## Estimativa de emissões e remoções de gases do efeito estufa

Brasil, 2019



10.

**Conclusão:** nem o Conselho da Amazônia cumpre o prometido; nem a militarização ajuda a resolver o problema. O CNAL contribui para devastação dos biomas brasileiros, na medida em que o órgão tem servido **(i)** ao desmonte da política ambiental brasileira, eliminando programas reconhecidos internacionalmente, **(ii)** afastando e perseguindo servidores públicos e **(iii)** drenando para a Defesa recursos importantes para o Meio Ambiente.

